

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

ANNA AMELIA DE QUEIROZ CARNEIRO DE MENDONÇA: CONTRIBUIÇÕES FEMINISTAS NAS DÉCADAS DE 1930 E 1940.

Isabela Bracalente Infanger
Programa de Pós-Graduação na área de História e Sociedade
isabinfanger@gmail.com

A transição do século XIX para o século XX foi um período de profundas transformações no mundo, com mudanças em todas as esferas da sociedade. Seja no âmbito cultural, social, político, econômico ou em qualquer outro, os impactos da Revolução Francesa se fizeram presentes, tanto no que tange à concretização do mundo moderno ocidental, quanto à expansão dos anseios por modernização e progresso. Junto a isso, os processos de emergência da figura do indivíduo como cidadão moderno, dotado de direitos civis a partir do século XVIII e políticos (século XIX), corroboraram para os processos de ‘privatização do eu’, surgindo, assim, a noção de indivíduo dentro da modernidade (GOMES, 2004, p.11).

No Brasil, a sociedade era marcada pela nova ordem internacional que prometia adiverz de riquezas e mudanças nas premissas políticas, que fez ascender novas classes dirigentes. Essas transformações estavam ligadas aos fenômenos de modernização dos aparelhos de Estado e de democratização, ou melhor dizendo, “de ‘eleitorização’ da política, tornando crescente a participação dos ‘homens comuns’, transformados por tais mecanismos em cidadãos” (GOMES, 2004, p. 19). É importante atentar-se ao contexto histórico mundial. O início do século XX foi o marco da instauração de concepções nacionalistas. Como Hobsbawm destaca, a afirmação da língua e da cultura identificam-se com a comprovação da autonomia do Estado-nação, tanto no sentido político, quanto no econômico e no cultural (HOBSBAWM, 1995). Essas transformações ficaram marcadas nos primeiros anos do pós-Primeira Guerra Mundial (1914-1918) como de intenso nacionalismo militante, que é tido como um ponto praticamente consensual entre estudiosos do período.

Pode-se relacionar estas manifestações com as grandes repercussões culturais e sociais que emergiram na década de 1920. Diversos movimentos de contestação aos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

modos vigentes do início da República ganharam forma e visibilidade. Ocorreu o Modernismo, o Tenentismo, a fundação do Partido Comunista do Brasil, como também o crescimento do Feminismo. Esses movimentos trazem a insatisfação marcada, especialmente, pelo descontentamento com a corrupção característica do sistema eleitoral, buscando um governo definitivamente representativo. O período, também havendo influências da Primeira Guerra Mundial, foi de efervescência e busca de soluções para os problemas do país, havendo, por parte dos intelectuais, o intuito de dar ao Brasil uma face nacional e moderna por meio da valorização de uma cultura que integrasse as diversidades daquele momento. E o movimento feminista insere-se neste meio. Nesse contexto de movimentos que giravam em torno do indivíduo como sujeito participante da sociedade e dos novos mecanismos políticos das repúblicas em ascensão, manifestações em prol dos direitos civis das mulheres começaram a ganhar força, manifestações essas que visavam alterar a posição que lhes era reservada na sociedade e defender direitos que precisavam ser reconhecidos e sacramentados em leis. Dentre as lutas sociais pioneiras da Idade Contemporânea, pode-se citar o reconhecimento de sua condição de cidadãs, isto é, a possibilidade de votarem e serem votadas, consagrada como a luta sufragista.

A presente exposição pretende, a partir do recorte feito dentro das perspectivas da História Sociocultural e focando nos processos de representação do passado, analisar elementos nacionalistas a partir do movimento feminista brasileiro de primeira onda, tendo como base duas publicações feitas por Anna Amelia de Queiroz Carneiro de Mendonça (1896-1971), poeta, intelectual e feminista. Publicou doze livros, inúmeras conferências e traduziu obras, como de William Shakespeare. Além de inúmeros vínculos com instituições assistencialistas e culturais, colaborou em periódicos do Rio de Janeiro, como os *Diários Associados* de Assis Chateaubriand, e integrou círculos intelectuais, como de Hermes Fontes, Alberto de Oliveira, Coelho Netto, Austregéliso de Athayde, e de mulheres que integraram o campo cultural e político, como Maria Eugenia Celso, Rosalina Coelho Lisboa e Bertha Lutz. É conhecida na contemporaneidade pelo seu pioneirismo em relação a Casa do Estudante do Brasil (CEB), primeira entidade estudantil em âmbito nacional criada em 1929, que visava a assistência social dos estudantes carentes e promovia a difusão e intercâmbio de obras e atividades culturais.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

O recorte feito para esta análise concerne ao período de maior atividade da personagem em relação ao movimento sufragista no Brasil. Ao ingressar na organização que marcou o início do movimento nacional em prol da emancipação civil das mulheres, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), Anna Amelia viajou para capitais do nordeste e norte do país para participar do 2º Congresso Internacional Feminista, no ano de 1931. Após este evento, foi vice-presidente da FBPF e participou três vezes da Comissão Internacional de Mulheres, realizadas em Washington (EUA) e relacionada com o panamericanismo do início do século XX.

É primordial compreender a concepção de intelectual empregada à personagem. Em primeira análise, entre suas redes de relações e sociabilidade, Anna Amelia era retratada como intelectual e poetisa, sendo comprovado nos estudos feitos a partir de seu arquivo privado, como cartas, e em homenagens proferidas em eventos e congressos. Segundo estudiosos do tema, como Jean-François Sirinelli (1996), Daniel Pécaut (1990) e Sérgio Micelli (1979), os intelectuais, para o caso brasileiro, se viam como portadores da identidade nacional e detentores da evolução histórica: ou seja, estavam a serviço da construção da nação. Angela de Castro Gomes (1996) também auxilia nesta discussão com seu estudo sobre os intelectuais da Era Vargas (1930-1945) e expõe a ideia de que os intelectuais se entendiam como a vanguarda cultural do país, criando desenfreadamente ligas ou organizações voltadas para assistência ou simplesmente para a promoção cultural, juntamente com congressos e viagens realizados em âmbito nacional, mostrando uma campanha em prol da expansão da consciência nacional

Em primeiro lugar, a noção de intelectual compreende contornos fluidos, algo que se transforma com o tempo, indicando dificuldades que se traduzem na impossibilidade de uma definição rígida. A opção, nesse caso, foi adotar uma concepção mais restrita de intelectual, que privilegiasse a ideia do produtor de bens simbólicos envolvido direta ou indiretamente na arena política. Esse “pequeno mundo”, no dizer de Jean-Paul Sartre, é composto por especialistas no processo de criação e transmissão cultural, que despertam a atenção dos envolvidos com o “círculo do poder político” por suas capacidades de interpretar a realidade social e produzir “visões de mundo” (GOMES, 1996, p. 17).

Sendo assim, as categorias ‘trajetórias de relações’ e ‘redes de pensamento’ são essenciais para as análises que permeiam a História de Intelectuais, que devem ser analisadas juntas e interligadas pelo pesquisador, este que acompanha uma personagem e necessita saber de tipos de conexões com outros intelectuais, compreendendo uma

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

dimensão qualitativa e subjetiva importante. Assim, para a analisar a personagem aqui estudada, remete-se para o estabelecimento de suas redes de relações, com intelectuais e políticos do período, mas, principalmente, as suas relações com outras feministas então atuantes, tanto em âmbito nacional quanto internacional. Por meio dessa compreensão, estudos futuros podem compreender as estratégias e os caminhos percorridos pelas sufragistas brasileiras em prol de reformas que assegurassem os direitos das mulheres e, ao mesmo tempo, avaliar a construção de uma cultura política dos feminismos entre nós.

Da mesma forma que a categoria intelectual é utilizada nesta exposição, também é necessário trazer as compreensões acerca da História Cultural. Para Chartier, a história cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade cultural é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 17). Sem embargo, a contribuição decisiva de Chartier para a História Cultural foi a elaboração das noções complementares de ‘práticas’ e ‘representações’, estando a Cultura – objetos culturais e a ‘criação’ dos sujeitos produtores e receptores – no âmbito produzido pela relação interativa destes polos. A compreensão das ‘práticas culturais’ está atrelada ao modo de vida de uma sociedade, ‘atitudes’ como hostilidade, desconfiança, acolhimento, ou as normas de convivência, gerando assim produtos culturais e padrões de vida cotidiana. As representações inserem-se “em um campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e dominação”, ou seja, são produzidas “lutas de representações” (CHARTIER, 1990, p. 29). Estas lutas geram ‘apropriações’ possíveis de representações, de acordo com interesses sociais, com as imposições e resistências políticas, com as motivações e necessidades que se confrontam no mundo. O modelo de cultura de Chartier é, claramente, atravessado pela noção de ‘poder’.

Desta forma, ‘representações culturais’ são conceitos produzidos a partir das ‘práticas’, exercendo assim uma complementaridade entre ambas as noções e produtos de uma determinada motivação e necessidade social. É a partir das noções complementares das ‘práticas e representações’ que pode-se entender tanto os objetos culturais produzidos quanto os sujeitos produtores e receptores de cultura, processos de produção e de difusão cultural e normas que adentram nas sociedades quando produzem cultura, mediante a consolidação de seus costumes.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Assim, as práticas e representações, que estão inteiramente conectadas pela noção de poder, adentram para as compreensões em cima dos meios de ações que as sufragistas e, em específico, Anna Amelia, usavam para reivindicar seus direitos e se aproximarem dos detentores de poder. A incorporação da dominação não exclui a presença de variações e manipulações, por parte dos dominados. O que significa que a aceitação de determinadas condutas, não traduz, apenas, que essas mulheres vergaram-se a uma submissão alienante. Assim, dentro da incorporação da dominação, há a presença de variações e manipulações por parte do dominado. Entende-se, dessa forma, um modo de resistência dentro do próprio sistema de dominação, redefinindo os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade. Perpassa a ideia de que, definir os poderes femininos permitidos por uma situação de sujeição e de inferioridade, significa entendê-los como uma reapropriação e um desvio dos instrumentos simbólicos que instituem a dominação masculina, sendo assim usados contra seu próprio dominador. À vista disso, a noção de resistência torna-se fundamental nas abordagens sobre questões de gênero e para esta análise.

Retomando a exposição, é necessário o entendimento das vertentes que caracterizaram o movimento sufragista brasileiro. Dentre o objetivo da Federação de conquistar o voto feminino, o espírito de iniciativa, o exercício do trabalho e a educação eram requisitos básicos pregados pelas integrantes. A iniciativa consistia na criação de organizações e propagação das ideias de libertação da mulher. Como exemplo tem-se a criação do Congresso Internacional Feminista, exposto anteriormente. Já o exercício do trabalho era determinante, pois lhes propiciava meios de subsistência, livrando as mulheres de uma dependência humilhante em relação aos seus maridos. Nesse sentido, propõe uma reformulação na organização da família, defendendo o exercício do trabalho para além do lar, inclusive para mulheres casadas e independentemente da condição do marido. E por fim trazia a ideia de que a ascensão feminina resultaria não só em benefícios pessoais, deixando de ocupar uma posição social inferior e tornando-se instrumentos do progresso do Brasil. A ideia a ser passada era de que a mulher contribuiria para o bem-estar da nação, para o progresso e construção da ideia de nação.

Na perspectiva de Gomes sobre intelectuais, a FBPF adotou a estratégia de criar ligas e congressos para a propagação do voto feminino pelo Brasil. O período foi marcado

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

pelo panamericanismo, que ganhou nova força com a proximidade da guerra na Europa, a chamada Política de Boa Vizinhança, colocada em prática pelos EUA. Tal vertente preconizava a troca cultural e econômica entre os países do continente americano, com congressos, encontros e intensa atividade diplomática (TOTA, 2000). Assim, a FBPF realizou inúmeros eventos ao longo dos anos 1930 e 1940, para celebrar o “Dia Pan-americano”. Comandada por Bertha Lutz, a estratégia da Federação era aliar a nomes de destaque no campo político, repetindo, supostamente, os mesmos jogos de poder dos homens. Conforme aponta a historiografia, a Federação era formada por mulheres social e economicamente abastadas (BESSE, 1999). Entretanto, a forte relação com o poder indica que essas mulheres apostaram que poderiam ter seus interesses atendidos via Estado. Deste modo, vê-se o movimento feminista brasileiro atrelado às forças políticas de então. É importante notar que as ativistas publicavam, via Federação, boletins, apresentavam suas propostas em rádios e jornais e organizavam eventos e, a partir de discussões amplas, decidiam os rumos do movimento (SOIHET, 2006).

Independentemente do enfoque crítico ao movimento da primeira onda do feminismo brasileiro, estudos apontam sobre o pouco reconhecimento do movimento na História do Brasil (ALVES, 1980, p. 13). Na historiografia do final do século XX e início do século XXI perpetuou-se, e ainda perpetua, paradigmas sobre a trajetória do movimento feminista, que têm reduzido o peso político dessas manifestações por considerá-las atadas ao tradicionalismo das elites brasileiras. Isto posto, é óbvio que a produção historiográfica relativa às primeiras décadas da República acerca da história dos feminismos é lacunar, com poucos estudos acerca das redes de relações entre integrantes do movimento, mantendo o enfoque geral. Ao discutirem as ações das sufragistas brasileiras, é essencial evidenciar o terreno movediço em que esses atos políticos eram enunciados, anunciados e conduzidos. Em todo caso, a pesquisa aborda a compreensão de que os feminismos, tão plurais, são produtos culturais: têm-se transformado a cada tempo e espaço.

Exposto sobre as características da primeira onda do movimento feminista brasileiro e os objetivos da FBPF, junto as táticas da organização de movimentar a opinião pública, serão expostas as duas publicações feitas pela personagem que exemplificam as ideias de progresso da nação junto à conquista do voto feminino.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

A primeira publicação ocorreu em 1930, e faz referência a um conjunto de conferências intituladas *Tardes do Instituto*, realizadas no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Antes de analisar a publicação, é importante expor algumas reflexões sobre o instituto. Criado em 1838, o objetivo seria de dedicar o instituto à escrita da história do país, em um processo simultâneo de construção dessa história e de afirmação do papel do Estado como criador e garantidos da nacionalidade (SCHWARCZ, 1989). Dessa forma, tratava-se estrategicamente de recriar uma espécie de tradição, relendo-a com a perspectiva futura do regime então vigente. Nesta perspectiva, Gomes relaciona a criação do IHGB com o processo de produção-divulgação de uma história da História do Brasil:

O futuro não se faz sem o passado, e este é um ato humano de rememoração. Seria básica a realização de um processo de “narração” da história, que identificasse os acontecimentos, os personagens e “os sentidos” de seus atos. Postulamos que o Estado Novo foi um momento particularmente rico para a delimitação de uma construção intelectual da história do Brasil, o qual, por sua competência e pelo volume de recursos investidos, foi capaz de deixar marcas profundas em nossa tradição historiográfica. Procurar “reconstruir” essa interpretação da história produzida e difundida pelos setores especializados da burocracia do Estado de então é o objetivo específico deste trabalho (GOMES, 1996, p. 23).

Como acentuado nas literaturas que discorrem sobre processos de formação de Estados nacionais, é principalmente nesses momentos de grande esforço de implementação de projetos políticos que a atenção daqueles que dirigem o Estado volta-se para o passado, buscando construir a história do país e reescrevendo os fatos e as interpretações dessa sociedade. Os anos da Era Vargas são essenciais para se compreender essas construções que foram aplicadas pelos intelectuais, pela efetiva e consistente política cultural implementada (MICELI, 1979).

Retomando para a publicação referente a palestra concedida por Anna Amelia, as conferências foram apresentadas na sequência de cinco dias, sendo a última a apresentar foi a personagem analisada. As palestras foram publicadas na Revista do Instituto no mesmo ano, tomo 107, volume 161. A conferência da personagem, *Prosadoras e poetisas brasileiras*, foi a mais crítica no que se refere a ausência das mulheres tanto no próprio instituto quanto na Academia Brasileira de Letras, comprovando o apagamento do gênero feminino na história brasileira. Ela denunciou aquilo que chama de 'preconceito com as mulheres escritoras' e elenca produções femininas em diferentes regiões do país, desde o

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

século XVII até o período referido, mostrando o teor patriótico e nacionalista contido nas obras dessas mulheres. Perpassou por conflitos e lutas marcadas na história do país, como a Inconfidência Mineira, a Guerra da Farroupilha e a própria Independência, retratando obras de mulheres que analisaram estes períodos e acontecimentos. Na palestra, a palavra missão foi repetida inúmeras vezes, retratando as obras dessas mulheres como uma fonte de inspiração para a nação e como importantes contribuições históricas. Retratou essas mulheres muitas vezes como escolarizadas e só assim conseguiram contribuir com suas análises para a construção dessa grande nação.

Já na segunda publicação selecionada para a presente discussão, consegue analisar mais elementos envolto do nacionalismo. Este tipo de fonte – publicação em periódico – é entendido como espaço de fermentação intelectual e de relações afetivas, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade. Em suma, a imprensa é um lugar precioso para a análise do movimento das ideias, identificação de projetos ideológicos, a difusão de uma dada cultura política. Estudiosos compreendem a imprensa como um ponto de encontro de trajetórias individuais unidas em torno de um credo comum. Escolhendo um jornal como fonte de estudos, entende-se que este é um instrumento de ideias de interesses e, conseqüentemente, de intervenção no imaginário social. Nega-se, assim, perspectivas que o tomam como um simples veículo de informações e que suponham imparcialidade no trato dos acontecimentos. Há a necessidade de se levar em conta os conceitos de lugares e redes de sociabilidade, geração e cultura política (SIRINELLI, 1996, p. 113).

Em 1934 começou a circular a revista feminina *Walkyrias* (RJ, 1934-1945),¹ cujo programa pautava-se pela defesa dos direitos das mulheres, o que incluía as realizações obtidas pela FBPF. Na primeira edição, Anna Amelia escreveu o artigo *Amazonas e Feministas*. Nacionalizando o simbolismo do nome da revista (que se referia a deusas virgens que serviam de mensageiras de Odin, deus nórdico), a autora tratou de uma das vertentes do feminismo que subscrevia:

Eu venho da terra das amazonas, essas estranhas feministas das selvas. Na sua ânsia de conquistas e vitórias, elas ambicionavam uma liberdade selvagem, afrontaram os encontros sangrentos, as lutas com o inimigo e com as feras, afirmando a bravura do sexo e proclamando a revolta contra o homem. Não quiseram permanecer submissas, embaladas no aconchego da rede de tucum, na doce dependência do braço viril que abatia a caça e afastava o perigo.

¹ Revista dirigida pela paulista Jenny Pimentel de Borba, dos anos 1934 a 1960. A partir do golpe denominado Estado Novo (1937), a revista passou a publicar apenas propagandas e matérias sobre moda feminina.

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

Adivinharam, na rudeza de seus ímpetos, que a metade de um povo não deve pesar sobre a outra metade. Faz surgir hoje um feminismo pacífico, igualitário, que prepara lentamente as brasileiras que despertam para o seu verdadeiro lugar na vida nacional. (MENDONÇA, 1934, p. 24)

A denúncia da opressão contra as mulheres levada a efeito pelos homens é nítida, principalmente por tomar as Amazonas como “precursoras da emancipação econômica da mulher”. Porém, não concordou com métodos das guerreiras icamiabas que “não souberam adivinhar que na harmonia das duas forças é que reside a força universal”, além de solicitar às Amazonas que sejam a guarda de “nosso generoso e sadio feminismo de hoje, feminismo pacífico e igualitário, maternal e humano, que prepara lentamente, mas seguramente, as brasileiras que despertam para o seu verdadeiro lugar na vida nacional”. O apoio à luta igualitária está evidente, porém, como membro da FBPF e defensora da líder da organização, Anna Amelia considerava fundamental a participação do poder para assegurar o trabalho feminino, a maternidade e a infância, ideias-chaves do feminismo reformista que, segundo parece, ela e a Federação consideravam a via possível e correta para atingir os seus objetivos.

Em ambas as publicações, tanto o trabalho, a educação e o espírito de iniciativa estão presentes nos discursos de Anna Amelia. A afirmação da cultura, a ideia de conquista da Independência, a luta pelo desenvolvimento do país é atrelada por essas militantes como essencial para o progresso da nação, estando a imagem feminina como essencial para auxiliar nesse 'progresso nacional'.

Conclui-se que é possível relacionar a busca em construir narrativas do passado, que dessem sentido e identidade a unidades políticas dessas feministas como forma de tática para corroborar com sua luta. Assim, a presente análise considera essas abordagens como táticas da primeira onda do movimento feminista brasileiro, pois, apenas dessa forma, o movimento seria lido e considerado como relevante para os grupos detentores de poder do período. Apenas desta forma, a luta pelos direitos civis das mulheres seria entendida como prioridade dentro do âmbito político e social do país. Não fica nítido que essas mulheres tinham em mente a perspectiva de tática, entretanto, abraçaram o nacionalismo e patriotismo, visando uma representação de um passado onde essas mulheres fossem reconhecidas pela sociedade. Devido ao contexto histórico do período, com o anticomunismo crescente no mundo e com a imagem deturpada de feminismos

ANPUH-Brasil – 31º Simpósio Nacional de História Rio de Janeiro/RJ, 2021

mais radicalizados, essas sufragistas brasileiras não poderiam ser associadas a essas imagens, que iriam prejudicar na trajetória da conquista do voto.

Referências Bibliográficas

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e feminismo**: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 1980, p. 112.

BESSE, Susan K. **Modernizando a desigualdade**: Reconstrução da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações, Lisboa: DIFEL, 1990.

GOMES, Angela de Castro. **História e historiadores**: a política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

GOMES, Angela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2004.

HOBBSBAWM, Eric. **A era dos extremos**: o breve século XX. 1914-1991. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1995.

MENDONÇA, Anna Amelia de Queiroz Carneiro de. Poetisas e prosadores brasileiros. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Tomo 107, v. 161, 1930, p. 77-104.

MICELI, Sérgio. **Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil (1920-1945)**. São Paulo: Editora Difusão, 1979.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro, Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1996.

SOIHET, Rachel. **O Feminismo Tático de Bertha Lutz**. São Paulo: Editora Mulheres, 2006.

TOTA, Pedro A. **O imperialismo sedutor**: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2000.